



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº _____ 2021

(Da Sra. Fernanda Melchionna)

Apresentação: 04/10/2021 18:08 - CTASP

REQ n.117/2021

Requer o comparecimento do Ministro Paulo Guedes à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para prestar esclarecimentos sobre as revelações de que é proprietário de empresa offshore nas Ilhas Virgens Britânicas (Panamá Papers).

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 117, II e 219, I do Regimento Interno, assim como a Resolução da Câmara nº 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados a convocação do Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos de que é proprietário e conduz ativamente os negócios de empresa localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, assim como sobre os lucros e dividendos aferidos no âmbito desses negócios desde o início da sua condução no Ministério da Economia.

JUSTIFICATIVA

Na data de ontem (03 de outubro), veio a público a revelação de que o atual Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, é proprietário da *Dreadnoughts International*, empresa *offshore* localizada nas Ilhas Virgens Britânicas, consideradas paraíso fiscal nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 04 de junho de 2010. O ministro afirma que não há irregularidade nas suas atividades, uma vez que haveria informado a Comissão de Ética Pública quando de sua posse.

Da mesma forma, foi revelado que o atual Presidente do Banco Central, Sr. Roberto Campos Neto, era proprietário de da Cor Assets Ltda, empresa localizada no Panamá e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213962729300>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/10/2021 18:08 - CTASP

REQ n.117/2021

cujo valor estimado é de R\$1,09 milhões e que se manteve controlador da mesma até o mês de outubro de 2020. Ocorre que os documentos sigilosos, denominados Panama Papers, obtidos pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) demonstra que a empresa seguiu ativa e sob controle do Ministro Paulo Guedes ao longo de todo o exercício de seu mandato.

Sobre o tema, importa primeiramente dizer que, a nosso ver tratam-se ambos os casos de evidente violação do artigo 5º do Código de Conduta da Alta Administração, uma vez que há um inequívoco conflito de interesses no exercício de atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio diretamente afetado por decisão do agente público e dos colegiados que o mesmo integra, na forma do artigo 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

O Ministro Paulo Guedes e o Presidente Roberto Campos Neto beneficiaram-se diretamente de políticas públicas tomadas a partir de decisões suas e de colegiados que o mesmos integram em diversos momentos. Em primeiro lugar, tenha-se a simples desvalorização do Real frente ao Dólar Americano.

Em janeiro de 2019, quando teve início o presente mandato presidencial, o Dólar Americano estava estimado em aproximadamente R\$3,63. No presente momento, a moeda estadunidense está cotada em R\$5,44. Essa alta desvalorização do Real, a despeito dos profundos prejuízos que gera à população brasileira, notadamente no que se refere à alta do preço dos combustíveis derivados de petróleo no contexto da paridade de preços internacionais, foi extremamente lucrativa para o Ministro e para o Presidente do BC. O valor investido na referida empresa offshore do Ministro saltou de R\$14 milhões, em 2019, para R\$37 milhões, em 2021.

Nesse sentido, sempre que defendeu publicamente que a desvalorização do Real frente ao Dólar era positiva para o país ou que tomou qualquer decisão que desencadeasse a alta da moeda americana, é impossível afirmar se o Ministro estava de fato defendendo uma linha econômica ou apenas os seus próprios interesses financeiros pessoais. Reside aí, propriamente, o conflito de interesses. Tudo indica, sobretudo o volume do lucro obtido pelo titular da pasta, que as decisões tomadas tinham como razão precípua de ser o enriquecimento próprio em detrimento da política econômica mais adequada e profícua para o país.

Há ainda uma segunda situação que torna evidente e inequívoco o conflito de interesses do Ministro e do Presidente do BC na condução da política econômica e monetária do país. No momento da elaboração das proposições que compõem a Reforma Tributária, o Ministro descartou a proposta de taxação de ganhos de capital no exterior de empresas cujos proprietários e acionistas tenham domicílio fiscal no Brasil. O Sr. Paulo Guedes acabou por descartar esse trecho na elaboração da proposta enviada ao Congresso por, em teoria, considera-la de difícil execução.

A revelação de que ele mesmo detém ganhos de capital milionários no exterior e que a desistência na taxação desses ganhos é de seu interesse econômico pessoal joga ainda mais luz sobre a necessidade premente de melhorar a legislação atinente à alta Administração para que



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213962729300>

* C D 2 1 3 9 6 2 7 2 9 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 04/10/2021 18:08 - CTASP

REQ n.117/2021

não haja dúvidas sobre o explícito conflito de interesses e incompatibilidade da condução dos altos interesses da nação e o enriquecimento pessoal em paraísos fiscais.

Por essa razão, apresentamos o presente requerimento, para que o Ministro venha a esta Comissão prestar as informações necessárias para uma análise rígida acerca dos conflitos de interesse decorrentes de sua dupla atividade, como investidor em paraísos fiscais e como Ministro de Estado.

Fazemos esta solicitação no atendimento à supremacia do interesse público sobre os interesses privados, na defesa intransigente da soberania econômica do país e com vistas a garantir, na Alta Administração Federal, os mais altos parâmetros éticos como condição do exercício do poder político no país.

Sala das sessões, 04 de outubro de 2021

FERNANDA MELCHIONNA
Deputada Federal
PSOL-RS



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernanda Melchionna
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213962729300>



CD213962729300